



‘É possível construir segurança pública sem violência’

Desde os primórdios que a questão da violência preocupa a humanidade. Nos tempos mais remotos o ser humano buscava manter os seus semelhantes de forma unida, e assim sobreviver aos animais e as intempéries. Até os dias de hoje a forma é a mesma, só que, além dos já mencionados, surgiram os grandes conglomerados humanos e a violência passou a fazer parte do cotidiano das populações. O uso de armas de defesa foi sendo institucionalizado para garantir ao mais fraco a possibilidade de sobreviver aos ataques físicos dos mais fortes.

A evolução acabou trazendo o inevitável confronto entre desejos diferentes. Mas, de qualquer forma, entendo que é possível construir uma segurança pública sem violência, e ao implantarmos o programa “Segurança sem Tolerância” buscávamos proporcionar à população uma segurança pública voltada para a proteção do cidadão e assim a fizemos.

Para chegarmos à implantação do programa e aos seus resultados, necessário se faz a análise completa da proposta, retornando no tempo, até a instalação da Constituinte de 1988. A democratização do Brasil, após longos anos de regime de exceção, provocou um inusitado fenômeno nas relações entre os governantes, as forças policiais e a comunidade.

O desvirtuamento das ações do efetivo de segurança pública, com a sua utilização no combate aos opositores do regime, acarretou uma involuntária má vontade da população e, conseqüentemente, dos governantes.

A cena do Deputado Ulisses Guimarães acossado por cães é exemplo incontestável do horror que os políticos tinham da polícia; a energia com que Dr. Ulysses reagiu à agressão demonstrou que a democracia poderia estar próxima, e as forças de segurança pública não poderiam ser utilizadas contra o povo que deveriam defender. Daí a conclusão de que aqueles que foram perseguidos, tenham se colocado instintivamente contra os seus algozes, não investindo e não preparando a polícia para o seu dever constitucional de proteger o cidadão.

As teorias sociais de combate à violência e criminalidade não podem e nem devem ser abandonadas, pelo contrário devem vir junto com o combate aos criminosos. É evidente que não poderemos esperar dez ou quinze anos para que tenhamos uma segurança efetiva que garanta a todos os cidadãos o direito de andar pelas cidades e viver de forma tranqüila em suas residências.

O incremento das atividades criminosas demonstra o acerto de programas de rigoroso combate aos bandidos e às atividades criminosas. O eficiente controle dos chamados pequenos delitos indica que a punição imediata por intermédio dos Tribunais Especiais Criminais 24 horas, resulta na reintegração do infrator à sociedade.



Os programas sociais oferecidos aos jovens servem de base para a formação do cidadão, impedindo o assédio dos grandes criminosos e o conseqüente ingresso nas poderosas quadrilhas de assaltantes, traficantes, estupradores e seqüestradores. É inegável a possibilidade de repressão com respeito aos direitos humanos e dentro dos princípios de legalidade.

A ilusão pregada por autoridades e especialistas de que é possível resolver o problema da violência urbana em curto prazo com programas de educação, saúde, moradia e emprego provocou o sucateamento do aparelho policial e a proliferação de meios primários de defesa pessoal dos cidadãos.

Somente um policiamento coletivo e com a participação da sociedade através dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública é que será viável o controle da criminalidade.

Necessário se faz entender que é absolutamente possível baixar os índices de criminalidade sem gerar conflitos entre a polícia e o cidadão e a prova disto foi que no “Segurança sem Tolerância” conseguimos não só integrar as ações de polícia, como também angariar a simpatia da comunidade, inclusive com a doação de veículos e telefones celulares para o policiamento comunitário.

Vale observar que desde o término do período de exceção que os governos deixaram de lado os investimentos nas polícias, de vez que o aparelho repressor utilizava a estrutura policial para intimidar o cidadão; ameaçando-o, torturando-o, oprimindo-o e matando-o. O desvirtuamento das atividades policiais acabou transmitindo à população o medo, o desinteresse e a desconfiança nas ações da polícia.

O desprezo com que os novos governantes passaram a encarar a polícia acarretou, inevitavelmente, o desinteresse dos jovens pela profissão; por outro lado a falta de investimentos levou as corporações a sofrerem retenções de aumentos salariais, prejudicando a formação e o desenvolvimento profissional daqueles que possuíam o sonho de servir ao sacerdócio da segurança pública.

Os baixos salários obrigaram os policiais e seus familiares a morarem em regiões distantes dos seus locais de trabalho e a conviverem com marginais em favelas e cortiços. A aberração de serem vizinhos das quadrilhas acabou colocando o profissional de segurança pública em situação de temor com a própria segurança individual, a ponto de esconderem a posição de agentes da lei.

As famílias dos policiais, acuadas em suas residências, passaram a sofrer as pressões de bandidos e, amedrontadas, acabaram fechando os olhos para o crime. É dura a vida do policial que não possui moradia decente nem escola para os seus filhos.



Como pode a sociedade pretender que o policial coloque a sua vida em jogo na defesa do cidadão se, ele próprio, é vítima dos criminosos que deve combater? Como pode um policial sem viatura e armamento adequado perseguir criminosos armados com fuzis modernos e carros possantes, roubados na hora? Como exigir do policial mal alimentado que se dedique em longas jornadas no sol e na chuva? É querer muito e oferecer pouco. Mas nada disto é mais importante do que garantir segurança à população, e o Governo do Distrito Federal foi buscar, em Nova Iorque, a solução.

Visitamos vários departamentos policiais da cidade que fora considerada a cidade mais violenta do mundo e que, hoje, é o local mais procurado pelos grandes empresários para moradia e investimentos. A segurança e a tranqüilidade permitiram aos moradores de Nova Iorque uma qualidade de vida incomparável em grandes metrópoles, e a aprendizagem permitiu a elaboração do programa que, afinal, o Governador Joaquim Roriz implantou em Brasília.

Precisávamos adaptar o sistema americano para os nossos costumes e legislação. Os opositores alegavam que o brasileiro é tolerante e que o programa não daria certo; no entanto, tudo estava sendo bem aplicado e, com certeza, a continuidade do programa “Segurança sem Tolerância” iria demonstrar a correção da proposta do Governador Joaquim Roriz.

OS SEGMENTOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

As ações de segurança pública são desenvolvidas pelas Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Detran e Defesa Civil, destes, somente a Defesa Civil é diretamente comandada pelo Secretário de Segurança Pública. As Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros possuem autonomia administrativa e financeira, e o Detran é autarquia vinculada à Secretaria de Segurança.

O Distrito Federal possui uma força de Segurança Pública de cerca de 27.000 mil policiais, destes, 15.000 policiais militares, 6.000 policiais civis, 5.000 policiais militares bombeiros, além de quase mil agentes de trânsito. O governo federal é o responsável pela manutenção da segurança pública e, a cada orçamento, vem diminuindo a sua participação nos investimentos, permitindo somente a contratação de efetivo, o que em nossa gestão foi plenamente atendido.

Para a sobrevivência dos segmentos, a Polícia Militar firma convênios com vários órgãos governamentais propiciando a descaracterização do policiamento ostensivo e coletivo, permitindo o desvio das funções estritamente de segurança pública e combate à criminalidade.

O Secretário de Segurança Pública conduz a política de Segurança, e os diversos segmentos tratam de suas questões diretamente com o Governador, tornando evidente que o Secretário, na realidade, não comanda os órgãos que garantem a segurança do cidadão. No entanto, é possível integrar as ações de polícia como é feito no “Segurança sem Tolerância”, com medidas de caráter geral e que facilitam o trabalho entre as corporações.



O princípio fundamental é de que ao implantar-se um programa de segurança pública não seja possível a utilização de outras políticas que não as estritamente ligadas à questão da segurança do cidadão. Quem faz política de segurança não pode fazer qualquer outra política. É o princípio e ele foi mantido.

IMPLANTANDO O PROGRAMA

As medidas adotadas no “Segurança sem Tolerância” indicaram o caminho a ser percorrido pelas Polícias Militar e Civil e são as seguintes:

1) Encontros semanais com a comunidade. Durante o período de 11 meses a Secretaria de Segurança manteve mais de 80 reuniões noturnas nas diversas cidades do Distrito Federal, utilizando, como norma, a presença do Secretário de Segurança, dos Comandantes Gerais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Diretor Geral da Polícia Civil, Diretor Geral do Detran, Coordenador da Defesa Civil e o Administrador Regional. Estas reuniões eram ordinárias e pré-marcadas para as segundas-feiras da semana.

2)

3) Juntamente com a cúpula da S.S.P. compareciam o Secretário Adjunto da S.S.P., Coordenador da C.P.O., Comandantes da área, Delegados das Circunscrições, Diretores, membros do Conselho Comunitário, além de todos os coordenadores de projetos especiais;

4) Reuniões setoriais abrangendo todos os segmentos industriais, comerciais e de interesses sociais. Escolas, faculdades, clubes, associações de classe sempre foram atendidos com a presença de todos os segmentos de segurança. Nestas reuniões eram coletadas as informações sobre os problemas da sociedade referentes aos crimes mais comuns que afligiam os diversos setores.

As informações eram confrontadas com os dados estatísticos da Secretaria de Segurança e, na maioria das vezes, indicavam o não registro das ocorrências policiais em virtude da descrença da população no aparelho policial, e a falta de motivação do profissional de segurança pública. Com a valorização do policial e o reconhecimento público, além da presença permanente da cúpula da S.S.P. junto aos vários segmentos, conseguimos entrosar a sociedade e a polícia no combate à criminalidade e violência.

5) Implantação de programas sociais visando ao afastamento dos jovens e dos pequenos infratores da lei. Iniciamos com o programa “Adeus às Armas” que foi direcionado aos possuidores de armas em residências. Este programa durou quarenta dias e foram recolhidas mais de 400 armas de fogo e 300 armas de brinquedo. O Governador Joaquim Roriz sancionou, pioneiramente, lei que proibiu a venda de armas de fogo no Distrito Federal. Outros Estados seguiram o exemplo e o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou projeto de lei idêntico ao Congresso Nacional.



O controle da venda de armas é fundamental para a diminuição dos crimes neste momento de comoção que envolve a sociedade brasileira permanentemente abalada por um sem número de crimes praticados, até mesmo, por crianças.

O “Esporte à Meia-Noite” retira das ruas mais de 500 jovens. Funciona das 23 horas às 02 horas da manhã e oferece variados tipos de atividades desportivas, cursos de formação profissional, artes e danças. É sucesso em Planaltina, com dois núcleos, e na Ceilândia, com um núcleo. O programa é coordenado por policiais e recebe a ajuda de vários órgãos governamentais, além do apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Justiça e Unicef.

“Picasso não Pichava”, programa destinado à pichadores, grafiteiros e todos àqueles que, de forma ilícita, agem sobre os monumentos, muros e prédios. É desenvolvido na Ceilândia e recebe cerca de 300 jovens todas as noites no horário de 23 horas às 02 horas. Artistas da cidade, colaboram de forma voluntária com programa além de diversos órgãos governamentais.

Outro ponto fundamental no sucesso do programa foi o incremento da utilização do “disque-denúncia”. O sistema, ficou diretamente subordinado ao Secretário de Segurança. Funcionando 24 horas com equipes dos segmentos policiais, o disque-denúncia recebeu, nos onze meses de gestão, mais de 3.000 denúncias, sendo que 1.700 relacionadas com drogas.

A população acreditou e confiou na Secretaria e, através do serviço, identificamos e prendemos quadrilhas, localizamos pistas de pouso clandestinas, chegando mesmo a flagrar estupradores e sedutores de menores. O “Disque-Denúncia” é fundamental e, se possível, deve ficar nas mãos da sociedade civil; pois, com isto, deverá obter maior transparência e confiança da população.

Os projetos sociais conseguiram assegurar aos jovens a alternativa de desvio dos caminhos do crime, não somente os afastando dos grandes criminosos, com a proteção da Polícia do Distrito Federal, como também os aproximando do policial e de suas próprias famílias que compareciam aos locais de debates participando e colaborando na formação de seus filhos. Em ambos os programas são garantidos cesta básica de alimentos e serviços médicos essenciais.

OS DIREITOS HUMANOS

As maiores críticas ao programa “Segurança sem Tolerância” partiram, principalmente, dos órgãos defensores dos direitos humanos. Alegavam que a tolerância é fundamental na proteção dos mais carentes e desprotegidos. Esclarecíamos e comprovávamos, em todos os debates a que comparecemos, que na realidade estávamos garantindo, com o fim da impunidade, os direitos fundamentais da pessoa humana.

Em palestras e participações em eventos, permanentemente, argumentávamos a necessidade do conhecimento das nossas atividades que, não somente eram abertas, como transparentes.

Obtivemos êxito, inclusive com a visita de todas as entidades ligadas ao Ministério da Justiça, Unicef, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil seção do Distrito Federal. Na OAB/DF, por



deferência do presidente Safe Carneiro, participamos de debate pouco antes do incidente da Novacap, no qual respondemos a cerca de 100 perguntas de advogados e autoridades durante quatro horas.

Demonstramos aos advogados que o nome do programa foi baseado no estudo que fizemos sobre o “Tolerância Zero” de Nova Iorque e adaptado para as circunstâncias brasileiras, levando-se em conta, principalmente, a falta de recursos para a aplicação de um sistema sofisticado. Ressaltamos, sem contestações, que não estávamos equiparando os pequenos infratores aos grandes bandidos, estávamos, isto sim, acabando com a impunidade; o “quebra-galho”; o “jeitinho”.

Todos, sem exceção, flagrados em atividade fora da lei eram detidos e entregues à Justiça. Somente o Poder Judiciário é quem poderia decidir. Era, efetivamente, o fim da impunidade, e isto não interessa a todos. O resultado desta reunião que deveria ser publicado no Jornal do Advogado foi empanado pelo episódio Novacap, mas está documentado nos anais da OAB para consulta dos interessados.

A sociedade brasiliense reconhecia a baixa incidência de violência policial – que foram punidas com rigor imediatamente após o conhecimento das autoridades -, reconhecia igualmente, a correção dos procedimentos policiais e a disposição em atender ao público.

Transferimos a ala de doentes mentais existente na Papuda e criamos na Colméia (Presídio Feminino), no Gama, local adequado, limpo e com assistência médica e psicológica. Eram mais de oitenta doentes que viviam no sistema carcerário, quase sem proteção humanitária e sendo tratados como presos comuns. Com a transferência dos doentes, criamos cem vagas no complexo penitenciário.

Com as reformas das instalações no Núcleo de Custódia e Papuda geramos centenas de novas vagas, melhorando as condições dos internos e facilitando a vida dos seus familiares. A reintegração dos presos através do trabalho da Funap e o reaparelhamento do núcleo de prisão semi-aberto, no setor de indústrias, serviram para renovar as esperanças de aproveitamento em postos de trabalho.

A colaboração do Juiz da Vara de Execuções Penais Dr. Everardo Ribeiro que juntamente com a OAB, Ministério Público e Defensoria Pública, permitiu sessões de exame da situação judicial de centenas de presos que, beneficiados pela lei, foram libertados imediatamente, gerando não somente novas vagas, mas também renovando a possibilidade de reintegração dos presos à sociedade.

A criação do Juizado Especial Criminal 24 horas, no Plano Piloto, por determinação e dedicação do presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Hermenegildo Gonçalves, agilizou as decisões, passando aos infratores a eficiência do Poder Judiciário; e a aplicação das penas imediatas impediu o reingresso do infrator na atividade delituosa. Esta medida é exemplar e deve ser estendida a todos os estados com benefícios extraordinários para a sociedade.



A implantação da vídeo-conferência para a oitiva de presidiários complementou a ação do Judiciário, e a ação do Desembargador Lécio Rezende serviu para aprimorar as relações entre os poderes e facilitou a ação policial, permitindo que os policiais deixassem de ser carcereiros para poderem se dedicar a investigações.

A ação conjunta do Ministério Público, na busca de rápido atendimento às questões, facilitou a aplicação da lei, a confiança da população na proteção dos seus direitos, a certeza da absolvição dos inocentes e a condenação dos culpados.

O controle do CAJE (Centro de Atendimento a Jovens e Adolescentes) pela Secretaria de Segurança Pública, atendendo solicitação do Secretário da Ação Social, demonstrou que, sob o comando de especialista em segurança pública, é possível atender à legislação específica do menor sem permitir o descalabro que atinge a maioria dos centros de recuperação de menores nos grandes centros.

A transferência dos líderes maiores de dezoito anos para o sistema penitenciário, com o apoio de todos os órgãos responsáveis pelo atendimento às crianças e adolescentes, eliminou a convivência dos perigosos marginais com aqueles que poderiam ser reeducados e reintegrados à sociedade. Na penitenciária, os jovens ficaram instalados em ala independente e atendidos por psicólogos e professores, tudo de acordo com a lei.

A ação das entidades religiosas, dentro do sistema carcerário, permitiu melhor desempenho dos profissionais penitenciários e ofereceu ao interno a necessária expectativa de futuro promissor.

A construção dos Núcleos de Detenção para presos de baixa periculosidade, promessa do Governador Joaquim Roriz, já se iniciava através da fábrica de argamassa da Novacap e, com certeza, iria desafogar a carceragem das delegacias circunscricionais.

O modelo, adaptado para as nossas condições econômicas, era inspirado na técnica de galpões infláveis utilizados nos Estados Unidos. Nossas plantas de construção estavam prontas e um dos núcleos se encontrava na fase de terraplanagem da área, na região da Papuda.

Planejamos e negociamos com o Governo Federal a liberação de verbas para a conclusão do Pavilhão “C” da Papuda, além de recursos para a construção dos Núcleos de Detenção.

Os policiais atendentes do público nas delegacias de polícia, com a implantação do “Segurança sem Tolerância”, passaram a desempenhar as suas funções com mais satisfação, inclusive recebendo dos advogados militantes o retorno do bom serviço que ofereciam.

O “Segurança sem Tolerância” recebeu apoio e referências em todos os segmentos da sociedade; inclusive, como Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, tive a oportunidade e honra, a convite do Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer, de

apresentar o programa da tribuna da Câmara Federal, juntamente com os ministros da Justiça, da Defesa e o Presidente do Supremo Tribunal Federal



Tudo isto são os direitos humanos respeitados. No entanto e infelizmente, a discussão se tornou política em virtude do incidente na Novacap, incorrendo a oposição no deslize de considerar que um fato isolado e violento fosse destinado ao trabalhador. Não era e não é.

O programa destina-se ao combate rigoroso ao crime e não é incompatível com o respeito ao cidadão. Deve a sociedade exigir do governo a continuação do projeto para que no final dos quatro anos de mandato possamos ter uma Brasília efetivamente segura.

Não é difícil, basta muito trabalho e responsabilidade de todos na busca de uma cidade protegida rigorosamente contra os criminosos. As ações isoladas dos homens não devem comprometer uma segurança pública respeitada nacionalmente.

É verdade também que não são os políticos de oposição os arautos dos direitos humanos, e o que se viu, no caso Novacap, foi uma busca permanente de atingir um governo que fundamentalmente se volta para os menos favorecidos através de programas de assistência social e geração de empregos.

A agressão sofrida pelos trabalhadores foi isolada, perpetrada por irresponsáveis que não tinham compromisso com a democracia e os direitos humanos e, com certeza, serão punidos exemplarmente pela Justiça, que afinal, se fará. O “Segurança sem Tolerância” é a aplicação da lei para todos e isto incomoda especialmente àqueles que cometem crimes ou infrações encobertos pelo manto da impunidade.

O CASO NOVACAP

Através do Centro de Inteligência recebi informes de que o sindicalista Cícero Rolla, vestido com uma camiseta preta com a palavra “LUTO”, incitava com palavras de ordem os trabalhadores a, se necessário, morrerem em defesa das reivindicações sindicais. Preocupei-me. O vice-presidente do Sindser já havia criado dificuldades por ocasião da chamada “Marcha dos Cem Mil”.

Naqueles dias, negociamos intensamente com as lideranças nacionais e locais de oposição. Conseguimos detalhar cada passo da manifestação através de reuniões com os vários segmentos políticos e de segurança pública.

Somente o vice-presidente do Sindser criou problemas, querendo transformar a manifestação nacional em regional. Desejava o sindicalista agrupar os seus seguidores na praça do Buriti, em frente ao Palácio do Governo.

Discordamos da tentativa que, afinal, não se concretizou, inclusive, com o apoio dos dirigentes nacionais das oposições ao governo federal. Garantimos água, banheiros, estacionamento e segurança. No dia, o vice-presidente Cícero Rolla tentou reunir os seus liderados, mas desistiu e seguiu para a Praça dos Três Poderes, à pé.

Preocupei-me com a participação ativa de Cícero Rolla na Novacap, acreditei que distante do centro da



cidade, o sindicalista poderia provocar danos à nossa política de segurança pública que, não somente respeitava os direitos humanos, como garantia a negociação permanente, não importando o lado em que estivessem os cidadãos.

Interessava-nos somente a segurança pública, o respeito às leis, a garantia constitucional da livre manifestação e o direito de ir e vir de quem não quisesse participar dos protestos.

Aguardei o momento para deslocar-me até as instalações da Novacap. As informações seguiam no sentido de que o sindicalista Cícero Rolla estava incitando com vigor os funcionários a resistirem à desobstrução dos portões da empresa.

Cheguei ao gramado à cerca de 500 metros da entrada da Novacap. O Secretário Tadeu Filippelli entrava pelo lado oposto. Nós, pela frente dos carros da Polícia Militar, e a camionete branca do Secretário Tadeu, por detrás. Um ônibus branco impedia a visão dos portões. Ainda com o veículo em movimento assisti ao deslocamento do Batalhão de Operações Especiais em direção à entrada da empresa.

Saímos dos carros e ficamos assistindo à operação, o ônibus branco impedia a visão, mas, em frações de segundos os tiros e fumaça das bombas de gás tornaram o espaço em um grande confronto. Policiais atirando e os trabalhadores correndo. Tumulto, e a pergunta inevitável que fiz aos que estavam próximos. – Que tiros são estes? – Balas de borracha, responderam. Acreditei.

Parado juntamente com o Secretário Tadeu Filippelli aguardamos as notícias que viriam dos que estavam agindo. Começaram a chegar trabalhadores feridos reclamando da ação policial. Lembro-me bem de um senhor com as costas marcadas por balas de borracha.

Aproximou-se de mim e me mostrou os ferimentos. Afirmei que deveria buscar socorro e apontei uma ambulância do Corpo de Bombeiros que adentrava o gramado. O senhor, apesar de ferido, alegou que não queria ser socorrido, queria era falar. Continuou falando até que chegaram alguns parlamentares, a quem informei o desenrolar dos acontecimentos. Os feridos começaram a ser socorridos pelos trabalhadores que os removiam para as margens da estrada. A violência tinha tomado conta da manifestação e começaram a chegar informações de que um dos trabalhadores havia morrido.

A imprensa e os parlamentares de oposição iniciaram as perguntas. Expliquei que havia ocorrido algo que não estava determinado e estávamos à disposição da sociedade para verificarmos as responsabilidades no episódio. Não sabíamos ainda quem iniciara a violência, mas já sabíamos que ela estivera presente na ação policial.

Os jornalistas logo iniciaram as perguntas objetivas e secas:

Secretário, houve violência da Polícia?

Vamos verificar.

Mas o senhor não acha que houve violência?



Não sei. A ação da polícia é técnica. Vamos verificar.

O senhor acha a ação da Polícia uma ação democrática?

A polícia só existe porque existe democracia. Para garantir os direitos de todos. Da maioria.

A última frase foi ao ar e retransmitida por todos os canais de televisão. Foi a imagem que ficou. O Ministro da Justiça José Gregori, reconhecido mundialmente como defensor dos direitos humanos, felizmente, corroborou em entrevista ao Jornal do Brasil de 16.04.2000, a minha fala de todos os dias, afirmando: “Tenho o maior respeito pela atividade policial. Ela é indispensável em qualquer democracia”. Pensamos e agimos da mesma forma, sempre procurando estar presentes nos mais difíceis momentos para que possamos garantir os direitos de todos. Às vezes as coisas não saem como se pretende.

A imortal Rachel de Queiroz em artigo publicado no Correio Braziliense de 3.4.2000, afirmava: “Mas as armas de fogo que cabem na algibeira ou na bolsa de qualquer um, são de fabrico, venda e porte livre no mundo inteiro. E no entanto, por piores que sejam a maconha, haxixe, a cocaína, o ópio, a morfina, revólver mata mais gente do que todos eles juntos. Tudo em nome da liberdade do cidadão. E encerra: Como é que dizia Madame Roland: Ah, liberdade, quanto crime se comete em teu nome”.

É possível construir uma segurança pública sem violência? Sim, é possível e desejável. O que não é possível é impedir, depois de iniciada, a ação violenta de um homem; policial ou não.

Date Created

18/12/2001